

PEDRO VEIGA

Candidato do Povo à Antiga Assembleia Nacional pela Oposição Democrática Independente

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA REPÚBLICA

DURANTE O SALAZARISMO

OS MOVIMENTOS

DE 1932, DE 1945, DE 1953 E DE 1969

Cinzas duma vida quase extinta

COLECÇÃO SÉCULO XXI

N.º 3

CENTRO EDITORIAL PORTUGUÊS

P O R T O

shi

PEDRO VEIGA

Candidato do Povo à Antiga Assembleia Nacional pela Oposição Democrática Independente

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA REPÚBLICA

DURANTE O SALAZARISMO

OS MOVIMENTOS

DE 1932, DE 1945, DE 1953 E DE 1969

Cinzas duma vida quase extinta



COLEÇÃO SÉCULO XXI

N.º 3

CENTRO EDITORIAL PORTUGUÊS

P O R T O

1932

A Renovação Democrática

O Grupo de Estudos Democráticos, de que foram iniciadores os Profs. Marques Guedes e Dias Pereira, depois de insanos esforços e duma intervenção construtiva que se desenvolvia de vento em popa, tornou públicas as linhas dorsais do seu ideário e um importante concurso de valiosos elementos intelectuais recrutados nas camadas mais esmeradas da sociedade: advogados, médicos, professores, escritores, jornalistas, académicos, universitários, etc., o que de antemão assegurava à iniciativa um sucesso jocundo e um forte apoio intelectual.

Foi, portanto, na maior expectativa que acorreu ao Teatro Trindade, de Lisboa, uma densa e entusiástica afluência, em que a mocidade ocupava o maior quinhão. No palco, reuniram-se em torno do conferente, que era o Dr. António de Sá Nogueira, as figuras gradas da 1.^a República, personalidades de maior destaque dos desaparecidos partidos políticos, aquilo a que nós chamávamos, descarroavelmente, e com um riso de mofa nem sempre merecido, os jarrões. O Dr. Sá Nogueira, muito senhor do seu papel, dissertou eruditamente sobre os princípios, os direitos fundamentais do homem, a sua milenária existência histórica, revivendo os horizontes longínquos em que assomou na era clássica a ideia da Liberdade.

Houve uma interrupção única, a do pensador acrático Campos Lima, que, sentado na mesa da Imprensa, não levou a bem que o orador tratasse desdenhosamente o grande sonho ideal da Anarquia, luminosa e libertadora.

Depois de muitos aplausos e de muitas felicitações, rios de gente precipitaram-se para a saída, e inundaram as calhes. Eu, com o Álvaro, de braço dado, recolhemos a Penates a meditar e no íntimo, ante aquele entusiástico rio de gente, sentíamo-nos decepcionados. Não era precisamente aquilo que a juventude sentia, queria, imaginava como a expressão pura do seu ideal, da força criadora que a impelia. Chegados ao Loreto, e sentados em vulgaríssimas cadeiras, tivemos uma reacção violenta, barafustámos, agarrámos em papéis sem destino marcado, e explodimos em imprecações. Como? Então aquilo é que era a Democracia, aquela marmelada, aquele regimen pelo qual já tínhamos lutado e provocado alguns actos significativos? Não podia ser. Não contestávamos a sabedoria do sujeito, o seu valor intelectual, mas nas suas palavras a Democracia não vestia o peplum nem a couraça, não brandia a espada nem empunhava a pluma onde a inteligência verte as suas palavras de esperança, de

energia criadora e de proselitismo: A Democracia que pensávamos ver erguida como um obelisco de bronze à entrada do Futuro.

Passamos tempo indeterminado, e, de repente, depois de medirmos a quadra a largos passos, em voz alta dissemos um para o outro: vamos a isto. E, ferozes, duros, absolutamente intratáveis, e, quanto se pode dizer, feros e violentos, golfamos num vórtice os períodos incendiários da carta pública, que nessa mesma tarde foi assinada pelos quatro companheiros habituais, e onde, se se quiser, há, distanciada no tempo e na matéria, o eco clamoroso dos rapazes do Cenáculo, nas vésperas das Conferências do Casino, ali a dois passos celebradas.

A agitação que se provocou, provocou o sucesso, e, como as ambições nos subiam ao tecto, tratámos logo de lançar ao papel as linhas fundamentais que justificavam a nossa discordância, o nosso protesto, a nossa ideia pura da Democracia.

E começamos a trabalhar a sério na redacção dum manifesto que agitasse as massas. Não falávamos doutra coisa. O Ernesto Carvalho dos Santos, meu companheiro de estudo, a certa altura, saturado com as palavras e as ideias abocadas que a todo o momento me saíam da boca, correu-me porque o não deixava estudar.

Numa das Faculdades, interpelando o Mestre Reis Santos ouvia as casquinadas do seu humor áspero, acutilante e onde se surpreendia o ruído longínquo duma multidão em delírio. Com o Álvaro não sei o que se passava, mas tomava a sério a tarefa, embrenhava-se nela e todos os dias aparecia com uma inovação, uma ideia original, uma trouvaille, muitas das quais submetia ao Prof. Reis Santos que testilhava tudo, e me deixava atónito, confuso, palerma de todo. Um dia, lembro-me bem, levantei diante dele esta questão bicuda e quase irressolúvel — o Parlamento para produzir não pode admitir partidos políticos adversos. O diz tu, direi eu, dá cabo de tudo: é estéril. — Bonito — casquinava o Mestre — você está prontinho de todo para ir para a União Nacional! Por que não vai? Vá, que o recebem bem, e verá a festa que lhe fazem. Recolhi à tertúlia de orelhas murchas, e expus o pró e o contra da teoria. Não pode ser. Nós somos tudo menos reaccionários, e a ideia foi posta de parte. (*)

No Porto, na tertúlia do Leonardo, o pensador fracassado, recebia-me com grande algazarra. — Cá está o Renovo — chega-te para aqui que vamos escovar-te — dizia o pensador.

Reuniamo-nos poucos, e os poucos que apareciam eram os de todos os dias: o Teixeira Rego, o Luís Cardim, o José Marinho, o Delfim Santos, acaso o Aarão e um ou outro diferente. A tardinha, vínhamos Avenida abaixo acompanhar Teixeira Rego ao eléctrico de Matosinhos, e com ele ficávamos palestrando até à partida. Era a pessoa mais parecida com Sampaio Bruno, com quem contactei em vida. Nesse tempo, ainda havia sábios autodidactas. Hoje, há burros autodidactas como o Gomes que o Umberto chama «torcido ruisinho» e a sua parceria de crelhudos. Chama-se a isto — o evoluir da sociedade.

Um dia, de tarde, procurei o Leonardo no Rodrigues de Freitas. Ia tratar de qualquer coisa de que me não lembro. Esperei a hora da saída, quando

veja o Mestre, pesadão e bem disposto, ganhar a portaria. Vinha duma aula de catraios. Tinha estado a ensinar aritmética elementar ao 2.º ano. O pensador fora privado das suas aulas de filosofia. Fora privado de falar em público, ele que se realizava comunicando com os assistentes, que ao mesmo tempo eram interlocutores. Tempos depois, separámo-nos. Abandonei a tertúlia. Nunca pensei que um homem banido e degradado ao ensino inferior se sujeitasse, porque gostava de falar e de se ouvir, àquelas sevícias intelectuais, e que fizesse da Religião uma escada Magirus para ir repousar para o Vaticano, Isto mexia-me com os nervos. Desamarrei daquele porto de abrigo.

A saída impressa do Manifesto, em volume compacto de 300 páginas, provocou a zombaria dos membros engraçados da Revolução que se fartaram de pôr cá para fora ditos de espírito, e circulou afoitamente na Brasileira, que era então o café das tradições revolucionárias e dos últimos abencerragens da La Valière».

Embora vendido por baixo de mão, a obra passou a discutir-se acaloradamente. Era o «Corão» daqueles que ainda acreditavam na Democracia, muitos deles saldos positivos da 1.ª República, que não riam, ou então perdoavam que o Manifesto os zurzisse implacavelmente.

A leitura precipitou as adesões. A par do grupo do Porto e de Coimbra, que era diminuto mas idóneo, e no qual se destacavam o Adolfo Casais Monteiro, o Lobo Vilela, o António Ramos de Almeida, o Joaquim Magalhães, etc., começaram a aparecer os novos de Lisboa, saturados da política velha, das papas com arroz, da comida dos desdentados, das mistificações do liberalismo, que arvorava cristianismo por todos os poros, etc. Veio o Matos Cid, o Freitas e Silva, o Nuno dos Santos, o Mário de Castro, o Domingos Monteiro, e muitos outros. As adesões eram diárias, e os neófitos afluíam. O Mário de Castro trouxe-nos pela mão um mocinho, calado, compostinho, prendado. Diz-nos de caras: peguem neste que é uma jóia. Tem bom sangue republicano, mas mais do que isso é duma cuca invulgar, e muito sério e prometedor. Aceitámo-lo logo todos contentes, pusémo-lo no Conselho, seduzidos por aquela recomendação fantástica. Foi realmente alguém que deu à Nação algo de importante; à Renovação, porém, a essa, que dele bem precisava, não deu nada. Fez-se socialista, fez discursos, e está convencido que é um dos pró-homens da Constituinte. Que lhe preste, uma vez que nos abandonou pelos braços fofos e sorvados do Liberalismo mistificador e falso.

O Manifesto da Renovação suscitou polémicas umas atrás das outras, a oposição encartada dos defensores do Estado Novo e a agressão dos seus principais figurantes, desde as páginas do Diário da Manhã aos comícios do Parque Eduardo VII.

Só se ataca o que oferece perigo, o que se expõe à luz e luta; de corpo descoberto, contra Gregos e Troianos, pela sua Verdade, isto é, pelo valor supremo que a Renovação arvorava — em princípio primeiro — o Homem e sua Liberdade.

O Manifesto em muitos capítulos, escarpeliza as múmias vivas da República Morta, cai a prumo sobre os nacionalistas integrais, e deixa-os sem concerto. Desfaz o corporativismo público, a burocratices rolha e parasitária, o Liberalismo dos tempos passados, monárquico e republicano, que é tudo o mesmo; um andrajoso vestuário das roupagens surradas da Revolução

Francesa e das fantasias ultrapassadas dos progressistas de há dois séculos: Montesquieu, os Rousseau, os d'Alembert, e outros ainda.

Preconizava uma revisão total da Legislação vigente — quase toda urdida pela fermentada e capciosa mentalidade liberal, e finalmente termina por dotar a opinião pública nacional com uma teoria nova, inédita, arrojada, construtiva e revolucionária — a verdadeira teoria política da Democracia — que se distinguia do Liberalismo, separação há muito conhecida nas Escolas de Filosofia e nos Meios Cultos do Estrangeiro, e do Autoritarismo soviético, antidemocrático e discriminatório. Esse capítulo é o mais notável da obra. Depois de século e meio, de quase cento e cinquenta anos de sarrafuscas, pronunciamentos, golpes de palácio, intentonas, Portugal não apresentava uma única revolução séria, descontada a meia revolução feita no papel por Mousinho da Silveira.

O gesto rigoroso, decidido e libertador de Passos Manuel não foi continuado, e gorou-se nas intrighadas do Paço e, na veniaga dos políticos.

Depois, apareceram aqui e acolá alguns sujeitos com pretensões a estadista, um Oliveira Martins, um João Franco, um Afonso Costa, mas tudo desabou num chavascal incrível, e o País não progrediu.

Para a República veio um homem que era, como senhor de princípios, um protótipo da Cartilha Liberal, muito mais fiel às liberdades constituídas, que o Senhor Dom Pedro IV que outorgara a Carta. Foi Bernardino Machado, que quaisquer que fossem os defeitos que denotou, foi um paradigma da fidelidade aos princípios liberais — simplesmente o Liberalismo, fosse embora socializante como o seu, não é a Democracia, é até o adverso da Democracia, de forma que do Liberalismo não se aproveita um único vulto.

O Liberalismo, quer ante, quer depois da República, assume em Portugal três caminhos — três vias de opção: o constitucionalista — formal, blandidioso, todo chichis, inepto, entrevado, cretino; o corporativismo, que tem a propriedade de unir no mesmo liberalismo a ideologia arqueológica da Idade Média e as contemporizações económico-sociais do século corrente, e finalmente o socializante, que, tendo uma origem comum com o socialismo monolítico do bolchevismo, rompe com ele para abrir os braços às teias de aranha liberalistas.

O Liberalismo, puro, natural, rompe com a Democracia. É mesmo inadaptável à Democracia. Tem origem diferente. Segue métodos e caminhos diferentes. Um, vem da Grécia dos filósofos, outro das plagas místicas do Jordão e do lago Tiberíades. Um, erguia a lei na mão e imprimia velocidade a tudo. O outro, invoca a lei para trair a lei. O Liberalismo constitucional é uma farsa. Cria uma teoria de poderes de Estado, de pilares da soberania que mergulha no terreno adubado no século XVIII, e que hoje é um contrasenso e uma inépcia. Admite que os Poderes de Estado são independentes entre si e esquece-se que o único poder que devia ser independente era o poder popular, o local, o que nos rincões pratica a democracia directa, que da Idade Média transitou aos nossos dias. Depois, entende que o Governo reside no Executivo, o que doutrinarmente é discutível, mas acaba por subordinar o tal executivo à Câmara Legislativa, a que é forçado a pedir autorizações legislativas — o que prova a interdependência dos poderes — e tem de apresentar um plano, contas, orçamento, dar satisfações, aceitar as interpelações, ficar,

em suma, dependente das moções de confiança e do apoio da maioria — o que coloca a independência dos poderes num lugar ridículo e caricato.

Finalmente, aparece um terceiro poder, que se entrega de mão beijada a uma classe aristocratizante, nomeada, colocada e mandada pelo Ministro da Justiça (membro do executivo) directa ou indirectamente por via dos seus delegados, secretários e telefones. É a classe judicial, também chamada Poder Judicial — poder, note-se que não tem qualquer base popular, que não tem assento no sufrágio, cuja existência depende simplesmente do Ministro, que, quando não pode fazer as coisas às claras fá-lo às escuras, modifica a lei, e põe simplesmente na rua ou num lugar incómodo o importante juiz recalci-trante.

O poder judicial na Monarquia andou sempre às ordens do Executivo, que do Terreiro do Paço o chamava a postos, para qualquer serviço, como costuma fazer aos criados.

Em República, o Ditador, o Homem forte dos primeiros tempos da República, sentindo-se menoscabado com qualquer atitude independente dos Tribunais, não esteve com meias medidas, pegou nos juizes e pô-los a tomar a fresca no Ultramar. É caso para invocar o conhecido slogan «Conhece a tua Terra».

Os liberais do corporativismo agravaram a situação a tal ponto que jamais alguém tentou resistir ao Senhor Manholas.

Inventou-se um Conselho Corporativo com um nome pomposo e que teoricamente dirigia a magistratura. Na prática, não dirigia nada. As nomeações, deslocações, comissões, concursos, promoções, etc. eram feitas do Terreiro do Paço, e do Terreiro do Paço eram ditas, nos casos importantes, é bem de ver, as sentenças do Plenário e daqueles tribunais em que as decisões precedem os julgamentos, e já estão escritas antes das audiências. (**)

Com o 25 de Abril houve lugar à nomeação para a pasta duns sujeitos que andavam roucos a berrar que eram antifascistas, e o que eles mais amavam acima de tudo — é a burra, os haveres, os bens colocados na Suíça, os pobrezinhos! — era a Liberdade.

Vem a ocasião de o Sr. Dr. Zenha obter fama inmorredoura, subordinando os juizes ao Estado popular, extinguindo os Conselhos Corporativos — como o Conselho Superior Judiciário ou o Conselho Superior de Magistratura, abrindo a carreira à população, forjando uma magistratura moderna, democrática, popular, sufragada pelo voto dos cidadãos, criando enfim a possibilidade de ficar na história como um dos grandes vultos da Democracia Portuguesa. E o que fez? — Nada. Manifestou apenas a sua inépcia, a sua incapacidade, a sua total ignorância, andando a berrar nas ruas, como os garotos dos jornais ou qualquer académico subversivo.

Lá ficámos sem o Passos Manuel do Século XX, e, para ele, para o Sr. Dr. Zenha e para o seu continuador, lá foi a glória de se perpetuarem na História, a não ser que apenas como burros e ineptos queiram ficar. De maneira que uma classe aristocrática, sem a aprovação popular, jamais pode ser um poder do Estado, mesmo em Liberalismo adulterado e chocho.

Quer-se uma classe dotada de conhecimentos especiais. Certamente. Mas isso não é colocá-la nas mãos do Ministro, regida por um círculo de colegas. Há outra forma de proceder. Junto da Presidência da República é que deve

existir o órgão competente que oriente a magistratura — que aliás não passa duma classe de funcionários especiais, altamente prestigiados e altamente representativos. A classe dos juízes foi a única corporação especial que subsistiu depois do pronunciamento de 1974. Não digo bem, todo o ministério da justiça, corporativo e antiquado, persistiu. A pseudo revolução de 1974 nunca lá entrou. Aquilo continua a ser o paço da Inépcia.

Quando se instaurou o Estado Novo mercê do irrequietismo da tropa relegada, pelos políticos dos agrupamentos partidários para um lugar secundário, mal remunerado e impróprio, existiam e persistiam duas empertigadas classes que a evolução da 2.ª República manteve, prestigiou e deu vulto: a dos Catedráticos, cujas congregações tinham muito peso na vida do País, e a dos militares, que duma situação subalternizada ganharam posição eminente, e constituíram-se em casta privilegiada. O poder, o sustentáculo do Estado, a verdadeira força política, pertencia aos altos comandos. Depois de Abril, os altos comandos foram na maior parte degolados, mas a força, a verdadeira, essa continua a pertencer às forças militares e àqueles que tiveram artes de passar um bridão às forças políticas partidárias e em grau extremo aos militares marxistas — subordinados ao Partido ou independentes do Partido.

Os Universitários, por sua vez, tinham formado até agora uma casta pseudo intelectual e científica, com segregação das suas mais eminentes personalidades — Abel Salazar, Mário Silva (o Físico), Mira Fernandes, Bento Graça, Pulido Valente, Fernandes da Fonseca, João Barreira, Rocha Saraiva, Vieira de Almeida, Aurélio Quintanilha, Carlos Ramalhão, Rodrigues Lapa, Mário de Azevedo Gomes, etc. que eram consideradas figuras à parte, a suprimir, a pôr de lado, logo que chegasse a ocasião.

Depois de Abril, e já mesmo antes, com a explosão universitária e a rarefacção dos quadros das forças armadas, consumidas nas guerras de África, estas classes aristocráticas, falsas aristocracias da inteligência e da bravata abriram-se, e andaram por aí a meter toda a gente, a recrutar, pelintronas e insuficientes.

Subsistiu a dos magistrados judiciais. E, quando se pensava que o Dr. Zenha aproveitaria a oportunidade de se tornar um grande homem e fixar para sempre o nome da História do seu País, tivemos de reconhecer que o Zenha 1.º e o Zenha 2.º só deram provas de inépcia e de incompetência, de falta de élan revolucionário e de imaginação criadora. Se este fala barato dos Plenários Criminais e dos Julgamento Políticos com sentenças de antemão forjadas pela Polícia e pelos agentes do Executivo, tem procedido de outro modo, eu não ganhava nada com isso mas sempre ficaria contente com o aparecimento dum homem capaz de ombrear com Passos Manuel, Mousinho da Silveira e Manuel Fernandes Tomás, e que seria, indiscutivelmente, o primeiro estadista da República. Assim, ficamos sem o continuador daqueles fulgurantes monumentos cívicos, e sem a democratização do poder. Somente isto... Nós ficamos com o destruidor do busteca do Mestre Antunes e já não foi pouco.

O Liberalismo está longe de ser uma opção democrática. É uma doutrina que tem com o democratismo alguns pontos de contacto — mas tem outra origem; provém de outro lado. E, assim como com o democratismo tem algumas afinidades, alguns pontos comuns, tem-nos precisamente com dou-

trinas consideradas antagónicas e com fórmulas e métodos que só aparentemente veneram a liberdade e a pessoa humana.

Em suma, o liberalismo é o regime político dos que se dizem amigos da Liberdade, e a sofismam e atacam de todas as maneiras.

Os combatentes do Povo, os que realmente lutam pela sua emancipação e progresso material e moral, encontram no liberalismo um sistema político pusilânime e reaccionário, que persegue as ideologias livres, e mantém na ordem corporativista a legislação liberal, e na ordem socialista a legislação corporativista, e em todos eles uma legislação que é em qualquer caso a expressão da classe burguesa, capitalista, egoísta e interesseira.

O Liberalismo é, dum modo geral, um sistema que se opõe à democracia, muito embora a democracia seja constantemente invocada pelos que usam um vocabulário mistificador, duma moral de polichinelo e duma probidade somente exterior.

A Renovação Democrática lutou pela Democracia. Perdeu a campanha, mas ficou-lhe a glória de ter desmascarado o Liberalismo e a hipocrisia da Burguesia. Deu às Ideias uma nova visão do Democratismo, e, sob este aspecto, alcançou a Universalidade.

*
* *
*

É difícil reconstituir os quadros da Renovação Democrática (1932 - 1945), tantos elementos abrange. Seguem o que me lembra:

Promotores:

Álvaro Ribeiro, António Alvim, Eduardo Salgueiro e Pedro Veiga.

Comissão Central:

Álvaro Ribeiro, Mário de Castro, Domingos Monteiro, Henrique de Barros. António Alvim, Freitas e Silva, Pedro Veiga, Eduardo Salgueira e outros.

Delegação de Coimbra:

Adolfo Casais Monteiro, Joaquim Magalhães, António Ramos de Almeida.

Delegação do Porto:

Delfim Santos, José Marinho.

Delegação de Lisboa:

Carlos Queirós e Lobo Vilela

Delegação de Bragança:

Luís Teixeira Neves

Membros em destaque:

Álvaro Ribeiro, Mário de Castro, Domingos Monteiro, Adeodato Barreto, Carlos Queiroz, Henrique de Barros, Albano Matos Cid, Pedro Veiga, António Alvim, Eduardo Salgueiro, Ernesto Carvalho dos Santos, Manuel H. Leitão, Luís Guedes, Joaquim Taveira, António Sarmento, Rodrigues de Freitas, Adolfo Casais Monteiro, António Lobo Vilela, Freitas e Silva, Nuno Rodrigues dos Santos, José Marinho, Paradela de Oliveira, Manuel Anselmo de Castro, Vasco da Gama Fernandes e outros.

Secretário Geral:

Pedro Veiga

Comissão de Imprensa:

Álvaro Ribeiro, Ernesto Carvalho dos Santos, Freitas e Silva e outros.

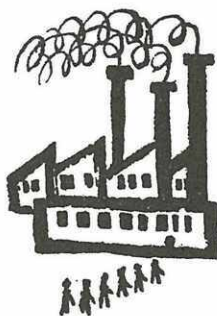
(*) Veja-se o que a este respeito asseverou o Prof. Em. Planchard na obra «Da Democracia e dos Socialismos em Portugal e além fronteiras», Coimbra, 1977, muito mais moderna que o presente opúsculo. Põe o problema com nitidez. A pág. 112 diz:

A forma perfeita do sistema parlamentar seria um grupo unido e rico de representantes, espelho autêntico da vontade popular, representantes efectivos eleitos pelos cidadãos em plena liberdade. Isso significaria que a totalidade do país estava de acordo sobre as linhas gerais e fundamentais da política (no sentido etimológico) em todos os domínios.

(**) O procurador Chostak (*) já lavrou o libelo de acusação. No tribunal diz-se abertamente que o veredicto já está pronunciado. O governo tem medo de que os magistrados tratem os seus inimigos com excessiva benevolência.

Máximo Gorki, «A Mãe», Lisboa, 1907.

(*) Em Portugal, o tal procurador Chostak tomou o nome de Albuquerque, de Campos e outros afins.



Índice

Antelóquio 5

1932

A Renovação Democrática 9

1945

O Movimento de Dinamização do MUJ 17

1953

A Tentativa de Conciliação Nacional 21

1969

A Terceira Força 25

Algumas Palavras Finais 29

Uma Surpresa 33

